

**PAULO FREIRE E A EXPERIÊNCIA DE ANGICOS/RN: DEMOCRATIZANDO O
SABER/CONHECIMENTO EM 40 HORAS**

**PAULO FREIRE AND THE ANGICOS/RN EXPERIENCE: DEMOCRATIZING THE
WISDOM/KNOWLEDGE IN 40 HOURS**

**PAULO FREIRE Y LA EXPERIENCIA DE ANGICOS/RN: DEMOCRATIZANDO EL
SABER/CONOCIMIENTO EN 40 HORAS**

Luciana Martins Teixeira dos Santos¹

<https://orcid.org/0009-0002-0190-7168>

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

lucianamartinsteixeira@gmail.com

Maria das Graças da Cruz Barbosa²

<https://orcid.org/0000-0003-3330-1988>

Universidade Federal da Paraíba - UFPB,

gracacruz920@gmail.com

Maria Elizete Guimarães Carvalho³

<https://orcid.org/0000-0001-8331-837X>

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

mecarvalho23@yahoo.com.br

Resumo

O artigo discute a experiência educacional denominada “40 Horas” de Angicos/RN”, projeto piloto originado no âmbito da política educacional estadual, que teve por lócus a cidade de Angicos/RN, em 1963. Teve por orientação pedagógica os princípios democráticos da Pedagogia Freiriana em que a “leitura da palavra estava articulada à leitura do mundo” (Freire, 2011). Tal proposta educacional tornou a alfabetização elemento democrático de acesso ao conhecimento e transformação da realidade. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a experiência educacional “40 Horas de Angicos/RN”, no viés do direito igualitário à educação, discutindo a proposta pedagógica e as memórias da alfabetização, como subsídios do direito à memória e à democracia. A perspectiva de análise fundamentou-se na teoria da Memória, compreendendo-a como forma de resistência e rememoração. Já a metodologia contemplou a pesquisa bibliográfica e documental, em autores como Freire (1967, 2011), Lyra (1996), relatórios de pesquisa, apoiando-se nos estudos sobre a Memória, em Le Goff (2012), Halbwachs (2006), entre outros. As categorias de análise abarcaram a alfabetização como representação democrática, tutelada pelo direito à memória educacional e à resistência. Os resultados do estudo apontam a experiência “40 Horas de Angicos/RN” como marco representativo da democratização do direito de jovens e adultos à alfabetização, constituindo-se como direito de todos à educação, fazendo-se necessário, para a História da Educação Brasileira, sua rememoração.

Palavras-chave: “40 Horas de Angicos/RN”; Democracia; Alfabetização; Pedagogia Freiriana; Memórias.

¹ Mestrado em Direitos Humanos/PPGDH/UFPB e Doutoranda em Educação/PPGE/UFPB.

² Mestrado em Direitos Humanos/PPGDH/UFPB e em Educação/PPGE/UFPB. Doutoranda em Educação.

³ Pós-Doutorado em Política Educativa/UMINHO/PT e doutorado em Educação/PPGED/UFRN.

Abstract

The article discusses the educational experience called “*40 Horas de Angicos/RN*”, a pilot project originated with the scope of the state educational policy, that had the city of Angicos/RN as its *locus*, in 1963. Its pedagogical orientation was the democratic principles of Freire's Pedagogy that the “reading of the word was articulated to the reading of the world” (Freire, 2011). This educational proposal made literacy a democratic element of access to knowledge and reality transformation. In this sense, the objective of this work is to reflect on the “*40 Horas de Angicos/RN*” educational experience, by the bias of the equal right to education, discussing the pedagogical proposal and the literacy memories, as subsidies of the right to memory and democracy. The analysis perspective was based on the theory of Memory, understood as a form of resistance and remembrance. The methodology included bibliographical and documentary research, with authors such as Freire (1967, 2011) and Lyra (1996), research reports, relying on studies on Memory, with Le Goff (2012) and Halbwachs (2006), among others. The analysis categories encompassed the literacy as a democratic representation, protected by the right to educational memory and resistance. The study results point to the “*40 Horas de Angicos/RN*” experience as a democratization representative mark of the right of young and adult people to literacy, constituting the right of all to education, making it necessary for the History of Brazilian Education, its remembrance.

Keywords: “*40 Hours de Angicos/RN*”; Democracy; Literacy; Freire's Pedagogy; Memories.

Resumen

El artículo analiza la experiencia educativa denominada “*40 Horas de Angicos/RN*”, proyecto piloto originado en el ámbito de la política educativa estatal, que tuvo como *locus* la ciudad de Angicos/RN, en el año 1963. Su orientación pedagógica fue los principios democráticos de la Pedagogía de Freire en que la “lectura de la palabra se articulaba a la lectura del mundo” (Freire, 2011). La propuesta educativa hizo de la alfabetización un elemento democrático de acceso al conocimiento y transformación de la realidad. En ese sentido, el objetivo de este trabajo es reflexionar sobre la experiencia educativa “*40 Horas de Angicos/RN*”, en el sesgo del derecho igualitario a la educación, discutiendo la propuesta pedagógica y las memorias de la alfabetización, como subsidios del derecho a la memoria y la democracia. La perspectiva de análisis se basó en la teoría de la Memoria, entendiéndola como una forma de resistencia y rememoración. La metodología incluyó la investigación bibliográfica y documental, en autores como Freire (1967, 2011), Lyra (1996), informes de investigación, basados en estudios sobre la Memoria, en Le Goff (2012), Halbwachs (2006), entre otros. Las categorías de análisis abarcaron la alfabetización como representación democrática, amparada por el derecho a la memoria y resistencia educativa. Los resultados del estudio señalan la experiencia “*40 Horas de Angicos/RN*” como un hito representativo de la democratización del derecho de jóvenes y adultos a la alfabetización, constituyendo el derecho de todos a la educación, siendo necesaria para la Historia de la Educación Brasileña, su memoria.

Palabras clave: “*40 Horas de Angicos/RN*”; Democracia; Literatura; Pedagogía de Freire; Memorias.

1. Introdução

Ao rememorarmos o movimento educacional denominado “40 Horas de Angicos/RN”, faz-se necessário tecer algumas reflexões iniciais para dar a conhecer uma experiência educacional que pretendeu “matar a fome da cabeça” (Lyra, 1996, p. 61), ocorrida na cidade de Angicos/RN, no início dos anos 1960. Essa proposta foi direcionada para a alfabetização de jovens e adultos, população vulnerável, com acesso à educação negligenciado.

Nesse momento, passados 60 (sessenta) anos, a memória dessa experiência resiste em não ser apagada, esquecida, desconhecida pelas jovens gerações. Assim, rememorar é preciso, reescrever memórias é necessário, lançando um novo olhar interpretativo para um acontecimento que marcou uma época e a História da Educação. Nessa perspectiva,

engendramos alguns questionamentos que contribuirão com essa escritura. Qual o significado da experiência educacional “40 Horas” de Angicos/RN” para a História da Democracia Brasileira e por que discuti-la é ainda necessário? No tocante a tais questionamentos, encontramos, na história recente e nos abalos acometidos ao Estado Democrático de Direito, as motivações para que experiências democráticas de educação sejam retomadas e colocadas em pauta, como forma de combater as tentativas de descaracterização ou deturpação dos reais interesses do regime democrático, que se caracterizam como a garantia de direitos e a isonomia do bem comum. Sendo assim, a história e memórias acerca de experiências educacionais e seus contextos democráticos tornam-se instrumentos contundentes de embate à desinformação e/ou apagamento da história e memórias da Democracia.

De acordo com Le Goff (2012, p. 456), “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”, ou seja, ao tratarmos das memórias individuais e coletivas (Halbwachs, 2006) da experiência “40 Horas de Angicos/RN”, além de fortalecer o regime democrático, evitamos a amnésia social acerca da história e memórias desse fato educacional, que foi também ato de resistência ao analfabetismo, à desigualdade e as demais violações aos direitos das pessoas analfabetas viventes naquele contexto. Como instrumento e objeto de poder, a memória coletiva de um acontecimento educacional em que o povo exerceu seu protagonismo reivindica ser lembrada e reescrita. Porque, as memórias de um acontecimento nunca são narradas uma única vez e da mesma forma. Cada retomada, fatos novos são instituídos, dependendo da perspectiva da abordagem. Daí que lembrar é refazer e não repetir o que já foi narrado. Ou ainda, a lembrança, na compreensão de Gagnebin (2009, p.55) “[...] abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalcado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras”. Será nessa perspectiva, a retomada das “40 Horas de Angicos/RN”.

Ora, através do processo de alfabetização/conscientização realizado nas “40 Horas de Angicos/RN”, se realizava, também, o Direito à Educação e à cidadania, uma vez que alfabetizada, a população se tornava também mais “esclarecida” sobre seus direitos e representatividade política, lembrando que, naquela época, apenas as pessoas que sabiam ler e escrever tinham direito ao voto. E assim, alfabetizando-se, os moradores de Angicos/RN detinham as prerrogativas legais da representatividade política, incluindo-se em sua realidade.

Muito embora as “40 Horas de Angicos/RN” não tenha sido criada a partir da mobilização social, mas através de política educacional planejada no âmbito do Estado, sua proposta educativa direcionou-se para a transformação social das conjunturas, convergindo, assim, para o espírito social e mobilizador operante na década de 1960, do qual fizeram parte

os Movimentos de Educação Popular, a exemplo da Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, realizada em Natal, no Rio Grande do Norte; das Comunidades Eclesiais de Base na Paraíba; e do Movimento de Cultura Popular do Recife-PE, dentre outros (Lyra, 1996).

Nesse sentido, retomar as “40 Horas de Angicos/RN” para discuti-la é, sobretudo, colocar em evidência a história e memórias de uma pedagogia democrática, compreendendo que a experiência educacional realizada em Angicos/RN contribuiu para que o direito à educação se tornasse efetivo para aquelas pessoas, jovens e adultas, ainda não alfabetizadas. Além dessa questão, os aspectos ideológicos da criticidade presentes na metodologia das “40 Horas” contribuiu para que as aulas de alfabetização se configurassem em aulas de politização, pois a cada “Hora de Aula” os aspectos sociais, culturais, geográficos, históricos e econômico de Angicos/RN eram contextualizados, favorecendo, assim, o desenvolvimento da consciência crítica, e com isso, o fortalecimento do espírito democrático.

Orientada pela pedagogia crítica e ideias Freirianas da liberdade e desalienação, aos educandos de Angicos/RN era ensinada a democracia, reivindicada e promovida a cada aula de alfabetização-politização. Por essa razão, não se pode tratar a experiência de Angicos sem tocar nas questões democráticas que a atravessam, dentre as quais, o próprio direito educacional e a alfabetizar-se, como também, o direito de participação política, de dizer ao mundo de si e sobre si, fato impedido em momentos autoritários. Enfatiza-se que tais garantias foram efetivadas na realização da experiência “40 Horas de Angicos/RN”, assinalando que, tratar dessa experiência educativa, pressupõe retomar questões caras ao âmbito democrático, pois não se pode falar em democracia quando o direito ainda não é para todos, ou quando nem todos os cidadãos usufruem de todos os direitos que lhes foram historicamente e legalmente instituídos. Daí, que a instauração desse Projeto de alfabetização para jovens e adultos em Angicos/RN tem caráter inclusivo, como política de alfabetização do governo estadual, nos idos de 1963.

Marcos simbólicos da democracia brasileira, Paulo Freire e sua pedagogia das “40 Horas” de Angicos/RN são neste trabalho retomados, não apenas para se contar uma história, mas, sobretudo, para se refletir sobre uma prática educativa transformadora da práxis. Nesse sentido, esse movimento dialógico entre sujeitos e contextos, imbricado no processo educativo e na teoria da dialogicidade que o revestiu como compreensão de mundo, sujeito e método (no sentido da “aplicabilidade”), constituiu-se uma proposta de enfrentamento das condições de existência daquela população. Partindo do sentido teórico e metodológico, discutimos sobre a pedagogia, a história e as memórias das “40 Horas de Angicos/RN” como “marcas indelévels”

(Le Goff, 2012) na experiência dos sujeitos participantes desse processo, e na historiografia educacional brasileira.

A tessitura reflexiva desse trabalho foi estruturada nos tópicos seguintes: “A pedagogia das 40 Horas de Angicos/RN: quando alfabetizar é ato democrático” e “História e Memórias das 40 Horas de Angicos/RN: alfabetizando para a democracia”. Para este fim, a metodologia utilizada considerou a pesquisa bibliográfica e documental, em autores como Freire (1967, 2011), Lyra (1996), relatórios de pesquisa, apoiando-se nos estudos sobre a Teoria da Memória, em Le Goff (2012), Halbwachs (2006), entre outros. As categorias de análise contemplaram a alfabetização como representação democrática, tutelada pelo direito à memória educacional e à resistência.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a experiência educacional “40 Horas de Angicos/RN”, no viés do direito igualitário à educação, discutindo a proposta pedagógica e as memórias da alfabetização, como subsídios do direito à memória e à democracia, pois “[...] Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (Le Goff, 2012, p. 457). Assim, é compreendida a experiência “40 Horas de Angicos/RN”, como um evento/fato histórico memorável, pois direcionado à libertação dos homens no tempo, constituindo-se uma proposta referendada, tutelada e orientada pelo fazer democrático.

As “40 Horas de Angicos/RN” configura-se como marco representativo da democratização do saber, do conhecimento e do direito à educação/alfabetização. Seus resultados apontam para uma experiência democrática, em que o direito de jovens e adultos à alfabetização constituiu-se na efetivação do direito de todos à educação, sendo necessários sua rememoração e debate. Afinal, ao abordarmos a experiência educativa “40 Horas de Angicos/RN”, colocamos em pauta a democracia, retomando-a como espaço de todos.

2. A pedagogia das “40 Horas de Angicos/RN”: quando alfabetizar é ato democrático

A pedagogia orientadora da experiência educativa das “40 Horas de Angicos/RN” estava *molhada de realidade*, pois partia, justamente, do contexto da vida e cultura da população daquela localidade de Angicos/RN. Era a alfabetização significativa, que utilizando-se de palavras pesquisadas e colhidas no universo vocabular dos próprios educandos, desenvolveu as bases de uma educação/alfabetização relevante, pois se fundamentava na leitura crítica da realidade.

Nesse sentido, alfabetizar era ato democrático e interativo surgido por intermédio das *palavras geradoras*, que eram colhidas/escolhidas para alfabetizar, palavras partes do processo alfabetizador e questionador das realidades vivenciadas pela população angicana. Eram palavras para ler as conjunturas, pensar a respeito da vida e questionar os demarcadores sociais da pobreza e exclusão presentes naquele cenário social. Quem pensaria, naquele contexto interiorano nordestino, que educar pudesse transformar-se em ato/ação inclusiva, democrática e democratizante?

Questionadoras em sua essência, as *palavras geradoras* da alfabetização das “40 Horas de Angico/RN” integravam o espírito da *educação como prática da liberdade*, da educação corajosa de Freire (1967):

[...] uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu” submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão (Freire, 1967, p. 90).

E assim, *corajosamente*, os homens e mulheres de Angicos eram “colocados” perante os dilemas do seu tempo, dentre os quais: a pobreza das condições de vida e a ausência de direitos de cidadania, pois, naquela época de 1963, a cidade de Angicos/RN estava representada da seguinte forma:

Angicos, tecnicamente, é uma vila na beira da estrada de ferro do Nordeste. Uma igreja, uma estaçãozinha, um açude, a cadeia, o cemitério, um colégio dos padres, a pracinha defronte à igreja, um mercadinho municipal, coletoria, agência do Correio, a rua principal (calçada) e mais meia dúzia de ruazinhas. [...] A população adulta e analfabeta de Angicos é, na verdade, de mais de 70%. (Lobo, 2014, p. 71)

Era sobre essa conjuntura de cidade pequena, serviços escassos e número representativo de pessoas adultas ainda não alfabetizadas que se concentraram as ações pedagógicas de Paulo Freire e seu grupo de voluntários. Vale ressaltar, que naquele período, apenas as pessoas que sabiam ler e escrever podiam votar, sendo possível, que esse fato tenha sido a principal razão para se pensar uma política educacional a nível estadual, em torno da alfabetização das pessoas jovens e adultas. Contradizendo essa compreensão, tem-se outra versão para a experiência educacional ter iniciado na cidade de Angicos: essa pequena urbe era a terra natal do

governador do Estado, o Senhor Aluizio Alves e que tinha um “curral eleitoral” de apenas 600 votantes.

No entanto, diante da metodologia de alfabetização implementada, configurada na leitura de palavras geradoras, representadas em imagens, através da projeção de slides, percebe-se que a motivação pedagógica presente na experiência educacional de Angicos/RN tinha raízes e interesses mais profundos: alfabetizar e conscientizar para a transformação da realidade, pois a qualidade de vida da população clamava por justiça social.

Dessa forma, as “40 Horas de Angicos/RN” constituiu-se em uma pedagogia de vertente filosófica pautada na justiça social, desenvolvida a partir das aulas denominadas *Círculos de Cultura*, que eram aulas de politização, que tinham por eixo o desenvolvimento da capacidade leitora e crítica do indivíduo, através da codificação e decodificação das sílabas, formação de palavras e problematização/reflexão das situações vivenciadas pela população.

A partir das palavras geradoras, colocadas em análise a cada Hora/aula de alfabetização/politização, contextualizava-se palavra e realidade de forma a suscitar, através da *leitura da palavra a leitura do mundo* e o viés da transformação social. Este era o sentido de ser das aulas de politização promovidas nos *Círculos de Cultura*.

As aulas de politização, realizadas a cada *Círculo de Cultura* antecediam as aulas de alfabetização, de forma que a aprendizagem da leitura e escrita eram decorrência do questionamento e problematização sobre a realidade representada naquelas palavras e situações contextualizadas em imagens, perguntas, palavras e reflexões. Conforme podemos perceber neste trecho do relato de Lyra (1996) sobre a Quinta Hora de aula de Angicos/RN:

O relacionamento amistoso com alguns proprietários de casas onde estão instalados os Círculos de Cultura (CCs) foi abalado, especialmente aqueles politicamente “ligados” ao governador. Ouvindo nos debates de politização críticas à realidade brasileira, julgaram que estávamos trabalhando contra o seu líder. Valquíria conseguiu contornar o problema no seu CC. Ao mesmo tempo, os habitantes de Angicos que estavam descrentes do curso, de seu sucesso, passaram a procurar os coordenadores para se matricular. (Lyra, 1996, p. 47).

Os *Círculos de Cultura* aconteciam em espaços cedidos pela própria população, no entanto, conforme o relato, este regime de colaboração não impedia os questionamentos dos debates das aulas de politização, afinal, refletir sobre a realidade vivenciada pela população consistia na realização do próprio método das “40 Horas”.

Nesse sentido, as palavras geradoras *molhadas de realidade* eram cruciais para a fomentação do pensamento crítico e problematização da realidade. A título de exemplo

vejamos o que Lyra (1996) discorre sobre como era a abordagem metodológica das palavras geradoras: voto e povo:

Palavras geradoras: voto e povo

Projeção *de slide*: em uma seção eleitoral, um nordestino votando.

Sugestões para debate:

Não dar aula sobre povo, democracia etc., mas sim arrancar deles o que pensam de povo, de democracia, de participação no processo político.

Dialogar sem nenhuma preocupação de fixar a palavra *povo*.

Diferença entre povo e massa.

Importância do voto para a emancipação política. Um maior número de (votos) eleitores no Nordeste pesará na balança política nacional.

Deus criou o homem- tudo era harmonia, igualdade. No entanto, o homem, na sua ganância, fez a desarmonia, a desigualdade: pobres e ricos. Em Angicos, todos são iguais? Bairros? etc. Assim também são as cidades, os estados, os países (pobres e ricos). Cabe a nós (o povo) voltar àquela harmonia.

Todos têm direitos mínimos? Como fazer?

Aprendendo a ler para votar com consciência.

O voto é a arma do povo. A venda do voto tira o seu valor. Nossos avós lutaram por esse direito. Será que nós estamos honrando? (Lyra, 1996, p. 47).

A começar pela imagem projetada no slide “em uma sessão eleitoral, um homem nordestino votando”, trazia para o foco da cena a representação identitária do nordestino no exercício do direito de votar. Outro elemento, presente na aula de politização/alfabetização eram os questionamentos do debate, em que o exercício do pensar era uma construção coletiva suscitada em torno de perguntas problematizadoras, em que “[...] ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. (Freire, 2011, p. 96). É nesse sentido do educar na comunhão, no coletivo, junto com os outros sujeitos partícipes do processo educativo que eram trabalhadas, pedagogicamente, as palavras geradoras. Um processo educacional construído no coletivo das relações, em que as reflexões geradas no debate dos *Círculos de Cultura* eram pontos de partida para se “arrancar deles” (dos alfabetizados de Angicos/RN) o que pensavam sobre determinado assunto/questão, pois o conteúdo da aula eram as problemáticas da vida e a superação/transformação das dificuldades, ensinamentos e aprendizagens pretendidos na proposta alfabetizadora. É o que nos afirma Melo (apud Carvalho, 2011, p. 4), moradora de Angicos/RN e participante da experiência, em entrevista sobre as “40 Horas de Angicos/RN”: “Discutia tudo, tudo, tudo. Quando falou de tijolo foi bom porque meu pai sabia fazer tijolo e sabia vender e tudo. E a gente aprendeu muito nesse dia, porque discutia preço, tudo, o que as pessoas ganhavam, porque não podiam fazer uma casa de tijolo. Era assim”.

Observa-se que são “lições de vida e para a vida”, decorrentes da pedagogia desenvolvida nas “40 Horas de Angicos/RN”. O trecho seguinte também é revelador de tal aprendizagem:

Senho Presidenti

E neste momento que pego no meu lapis pra lhi comunicar as minhas necessidade. Agora mesmo *não sou maça [massa] sou povo* e posso esigi [exigir] meus direito. Senhoprésidenti a gente tem percisão de muita coisa como: reforma agária Escola e que o senho bote as leis da constituição pra fora. Tenho duas filas [filhas] pra edocar e não tenho recuso porço [por isso] peço ao senho bouça [bolsa] di estudo pra que elas não cresam [cresçam] como eu cresi. Francisca de Andrade (Lyra, 1996, p. 116)

Percebe-se, nessa carta ao Presidente, que a autora já conseguia dizer de si ao mundo, que já protagonizava sua história. Reivindicava direitos. E era dessa forma que se aprendia *a ler o mundo* e não apenas a palavra. Para Freire (1967), alfabetizar-se era mais que aprender a ler e escrever, significava a transformação da consciência ingênua ou mágica, em consciência crítica, de forma que a análise das situações de exclusão da sociedade era “atravessada” pela (re) escrita da própria história de vida dos educandos de Angicos/RN, de forma que as pessoas eram chamadas a dialogar com seu contexto e nesse exercício dialógico, desenvolvia-se, além da alfabetização, a capacidade de indignação diante das situações vividas. É como explica Freire (1967, p. 103): “Desde logo, afastáramos qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica. Desde logo, pensávamos a alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, na emersão que fizera no processo de nossa realidade”. É o que se percebe. As pessoas passaram a compreender sua realidade porque nela mergulharam.

Assim, tratava-se de uma alfabetização para a tomada de consciência, direcionada para o protagonismo dos sujeitos aprendentes, justamente porque compreendia a educação/alfabetização como processo democrático interligado às relações dialógicas entre indivíduo e seu meio social, cultural, político e econômico. O próprio Freire (1967) esclareceu:

É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. O diálogo é, portanto, o indispensável caminho. (Freire, 1967, p. 107)

A matriz da criticidade, presente na Pedagogia das “40 Horas de Angicos/RN” implicava na relação dialógica da pessoa com seu contexto, pois surgia das palavras suscitadas no chão da realidade para a partir dessas palavras “grávidas de mundo”, porque representavam o cotidiano, as dificuldades diárias e a leitura sociológica dos jovens e adultos, o educando alfabetizava-se para além do ato cognitivo da leitura, para o enfrentamento das situações de opressão.

Através das palavras geradoras, colhidas no universo vocabular dos alfabetizandos, acontecia o diálogo entre educando e contexto. Diálogo propício ao desenvolvimento da capacidade criativa e transformadora da realidade, em que a pessoa era compreendida como um ser de relações capaz de criar ou recriar sua trajetória de vida.

3. História e Memórias das 40 Horas de Angicos/RN: alfabetizando para a democracia

Sessenta anos demarcam a história das “40 Horas de Angicos”, uma experiência pioneira de alfabetização de adultos, que teve a cidade de Angicos/RN por cenário e a teoria dialógica de Paulo Freire por orientação didática. Tal experiência educacional notabilizou a pequena cidade de Angicos e a pedagogia freiriana no âmbito local, nacional e para o mundo, pois, Angicos, “além de símbolo da luta contra o analfabetismo no Brasil, é marco da universalização da educação em todos os graus, superando a visão elitista. Angicos foi um projeto de cultura popular que imaginou e concebeu uma política nacional de educação para uma sociedade democrática com justiça social”. (Fernandes, 2014, p. 14)

Relações críticas entre sujeitos e contextos com fins à transformação das realidades opressoras e de assujeitamento dos indivíduos marcariam a historiografia educacional a partir da proposta de Angicos/RN, trazendo para essa literatura uma nova experiência de ensinar e aprender. Ora, planejada “no âmbito do Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte (SECERN)” (Carvalho, 2018, p. 32), a proposição tomou a cidade de Angicos como testagem e que depois se estenderia para todos os demais municípios do Estado. O combate ao analfabetismo constituiria-se em promessa da campanha política do então governador do Estado, nos idos de 1960, pois, de acordo com Carvalho (2018, p. 32), “a taxa de analfabetismo era alarmante, chegando a 80 % da população [...]” estadual. O Professor Paulo Freire foi convidado para orientar a experiência, não aceitando a “interferência de partidos políticos na Campanha de Alfabetização [...]” (Lyra, 1994, p. 16). Assim, sob a monitoria de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a orientação da pedagogia freiriana, a

experiência desenvolveu-se no primeiro semestre de 1963, alfabetizando 300 trabalhadores (as) jovens e adultos (as) em 40 horas e em 45 dias.

No entanto, a proposta não teve a oportunidade de estender-se a outros municípios potiguares, pois, durante a implantação/consolidação do regime ditatorial, que o país vivenciou de 1964 até 1985, a experiência de Angicos foi considerada subversiva pelo governo militar, que utilizando do jogo do poder e da manipulação da memória e de outra interpretação da realidade, encerrou a experiência, tentando apagar os rastros do que realmente significou/significa tal proposta para a história da educação de jovens e adultos no Brasil.

Para Gadotti (2014), o que aconteceu na cidade de Angicos não foi apenas uma experiência de alfabetização para adultos, mas o embrião de um processo de renovação pedagógica e a possibilidade de transformação na realidade social e política do país. Sua proposta pedagógica consistia em transformar “massa” em “povo”, pois o ato de alfabetização era voltado para a libertação e não domesticação dos sujeitos. As aulas eram fundamentadas no diálogo, promovendo uma análise crítica sobre as injustiças sociais.

Então, por que retomar a história e as memórias das “40 Horas de Angicos/RN”? Ora, compreendendo que esse fato incomodou, e ainda incomoda, os grupos conservadores que não comungavam/comungam com a ideia de uma alfabetização sobre e para o viés da transformação social e política, reescreve-se essa história e memórias no viés da democratização das políticas educacionais, respaldando o direito de todos e todas à educação. Por isso, retomar essa história e memórias é importante para o fortalecimento da Democracia, em que as relações de poder que lhes são implícitas e/ou explícitas reforçam a memória como fenômeno histórico e, principalmente, formativo das identidades dos grupos sociais.

Assim, o aspecto identitário elaborado em torno da história e das memórias sobre as “40 Horas de Angicos/RN” é um dos elementos de reflexão que aponta para a importância e constituição das identidades construídas em torno dessa experiência educativa, pois “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (Le Goff, 2012, p. 455). Essa busca identitária perpassa a história e as memórias das “40 Horas de Angicos/RN”, pois trata-se da identidade afirmativa de um grupo social, os educandos jovens e adultos, moradores de Angicos. Embora, passados 60 anos, a memória dos ex-alunos ou de seus descendentes ainda continua viva, resplandecendo, no processo de transformação, a cada nova narrativa.

Sobre a memória, Le Goff (2012, p. 426) continua esclarecendo que, “[...] tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos

grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”, que tentaram/tentam promover um processo de manipulação e/ou enquadramento da memória social e política no país.

Para esses grupos, o perigo da conscientização promovida durante a experiência das “40 Horas de Angicos/RN” poderia ter levado o povo ao anarquismo, ao comunismo e, assim, à desordem nacional, “desmantelando” o poder existente. Para a elite, é suficiente, ao povo, saber ler, escrever e contar, ou seja, ter apenas as instruções básicas para atender às exigências do mercado.

Faz-se necessário relembrar o contexto no qual a experiência das “40 Horas de Angicos/RN” ocorreu. Era um período de resistência e de profundas transformações no Brasil e em diferentes lugares do mundo. Vivia-se uma efervescência dos movimentos sociais e estudantis. Eram movimentos de rebelião que questionavam o modelo de sociedade e educação. Daí, o processo de despertar da consciência crítica dos sujeitos ter sido considerado como anárquico, subversivo, pela possibilidade de engendrar/fomentar, nesses sujeitos, uma visão questionadora acerca das injustiças sociais.

A experiência de Angicos significou a valorização do saber do outro, a importância das múltiplas culturas existentes, despertou na população o prazer pela curiosidade *em descobrir o mundo e se descobrir no mundo*. É através dessa curiosidade de aprender no movimento e pela prática cognoscente que as pessoas vão se tornando sujeitos cada vez mais críticos/questionadores e, assim, produtores das transformações sociais e políticas.

O governo militar percebeu a grandeza do que ocorreu em Angicos. Freire estava *politizando* “[...] a alfabetização, transformando o analfabeto em cidadão, capaz de votar e escolher melhor seus governantes” (Gadotti, 2014, 57), de posicionar-se frente às estruturas injustas. Assim, o poder fomentou a manipulação da memória nacional. É como lembra Pollak (1992, p. 4): “a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo”. Assim, face à disputa, implantou-se, na memória nacional, que a experiência “40 Horas de Angicos/RN” estava ligada a grupos comunistas e que seus idealizadores eram subversivos, resultando na destruição da proposta educacional e perseguições aos participantes. O medo contribuiu para que os ex-alunos apagassem os rastros físicos, restando as memórias do vivido como resistência, renovadas a cada narrativa.

Essa manipulação da memória nacional, nos “[...] mostra que a memória é um fenômeno construído” e que “[...] a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (Pollak, 1992, p. 5). Na experiência em

discussão, o controle mnemônico tentou ser realizado pelo poder, ao enquadrar a experiência como crime de subversão.

Daí, a importância de “[...] não deixar o passado cair no esquecimento” (Gagnebin, 2009, p. 53) e a necessidade de revisitá-lo através dos olhos dos grupos que o vivenciaram, considerando-se a relevância da releitura dos vestígios deixados (Le Goff, 2012). Nessa perspectiva, por as “40 Horas de Angicos/RN” tratar-se de experiência de alfabetização representativa para a historiografia educacional e para a afirmação da Democracia, não pode ser relegada ao esquecimento e/ou apagamentos da memória, devendo constituir-se tema de debates, discussões e reescrituras.

4. Considerações finais

As “40 Horas de Angicos/RN” representa, para a democracia brasileira e para a historiografia da Educação, o legado do pensamento e práxis de Paulo Freire e os enfrentamentos travados para a promoção e efetivação do direito de todos à educação. Além do mais, significa o fortalecimento dos princípios democráticos de justiça social, liberdade e garantia de direitos, especialmente para as populações excluídas desse processo, como era o caso dos educandos (as) jovens e adultos de Angicos/RN.

A mudança social por meio de uma educação/alfabetização conscientizadora constitui o pensamento basilar da pedagogia freiriana, orientadora do projeto educacional das “40 Horas”, realizado no sertão do Rio Grande do Norte, na cidade de Angicos, em 1963. E mesmo não resultando das mobilizações sociais e reivindicações populares que caracterizavam os demais projetos educacionais dessa época, pois foi programado a partir de interesses políticos, as “40 Horas de Angicos/RN” é uma experiência representativa dos ideais freirianos de desenvolvimento de uma educação como prática da liberdade e da alfabetização democrática.

Ora, nessa época, pessoas analfabetas não usufruíam dos direitos políticos de voto, sendo condicionadas à sensação de incapacidade decorrente da situação de sujeito analfabeto, sendo impedidas de avançar social e politicamente. Dessa forma, o analfabetismo, presente em Angicos/RN, retirava de seus moradores a “liberdade” de decisão e escolha sobre os caminhos políticos e pessoais que poderiam trilhar. Assim, libertá-las desse aprisionamento constituía a principal finalidade da proposta freiriana das “40 Horas”, de uma *educação como prática da liberdade*.

Era uma nova configuração educacional que se desenhava para a educação de adultos, a qual buscou na reflexão das problemáticas sociais, através das palavras geradoras e da metodologia dos Círculos de Cultura, as dimensões político-pedagógicas do processo de

alfabetização, de forma que o trabalho educativo, além de promover a inclusão social das pessoas excluídas da escola, os analfabetos, era também ação politizadora desses alunos, na medida em que lhes instigava a capacidade crítica de ler a realidade. Por essas razões, a história e memórias das “40 Horas de Angicos/RN” precisam e devem, ser rememoradas, pois, trazer à tona essa experiência educativa significa colocar em pauta a Democracia, que inclui todos e todas em sua proposta cidadã e participativa.

Referências

- Carvalho, M. E. G. (2011). Relatório de Pesquisa sobre as “40 Horas de Angicos RN”. João Pessoa, UFPB.
- Carvalho, M. E. G. (2018). Quarenta horas de Angicos: uma experiência educacional, um lugar de memória? In Lopes, E. J., & Amorim, R. M. (Org.). Paulo Freire: culturas, ética e subjetividade no ensinar e aprender. João Pessoa: Editora do CCTA.
- Fernandes, F. das C. (2014). Brasil celebra os 50 anos de Angicos. In: Gadotti, M. Alfabetizar e Conscientizar: Paulo Freire, 50 anos de Angicos. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 13-19.
- Freire, P. (1967). Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2011) Pedagogia do Oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2014). Alfabetizar e Politizar. Angicos, 50 anos depois. Revista Foro de Educación, 12(16), enero-junio, 51-70.
- Gagnebin, J. M. (2009). Lembrar, escrever, esquecer. São Paulo: Editora 34.
- Le Goff, J. (2012) História e memória. (Bernarda Leitão et al., Trad.). (3ª ed.). Campinas: UNICAMP.
- Lyra, C. (1996). As Quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez.
- Lobo, L. (2014). A hora e a vez de Angicos. In: Gadotti, M. (Org.). Alfabetizar e conscientizar: Paulo Freire, 50 anos depois de Angicos. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- Halbwachs, M. (2006). A memória coletiva. (Beatriz Sidou, Trad.). (2ª ed.). São Paulo: Centauro.
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 5(10).